

**QUINTA DE TUBERAIS- ENSINO
PROFISSIONAL DE CINFÃES, E.M.
UNIPESSOAL, LDA**

**PRESTAÇÃO DE
CONTAS E
EXERCÍCIO
2018**



Cofinanciado por



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Nos termos das disposições aplicáveis pelo código das Sociedades Comerciais, submetemos à apreciação, o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício findo em 31/12/2018.

O presente relatório diz respeito ao ano civil de 2018, embora a atividade pedagógica tenha como referência os anos letivos 2017/2018 e 2018/2019.

A Quinta de Tuberais, Ensino Profissional de Cinfães, E.M. Unipessoal, Lda entidade proprietária da Escola Profissional de Cinfães, é financiada pelo Fundo Social Europeu (FSE), e pela Contrapartida Pública Nacional, de acordo com as regras e com os critérios constantes da legislação aplicável. O seu orçamento anual é, em consequência, suportado, em grande parte, por receitas públicas e numa parte menor, por receitas próprias, provenientes de prestação de serviços a terceiros, na área da restauração.

A QT-EPC-EM Unipessoal, Lda, dada a natureza do seu objeto social - Ensino Profissional - tem como principal fonte de financiamento da sua atividade os subsídios à formação, provenientes do Fundo Social Europeu. Tal contribuição assegura 85% do montante da despesa elegível, correspondendo os restantes 15% à Contribuição Pública Nacional (CPN), assegurada pelo Estado Português. As candidaturas aprovadas encontram-se enquadradas no eixo prioritário do POCH - Programa Operacional do Capital Humano, com o enquadramento específico do POCH.

Relativamente à CPN, deve ter-se em conta o nº 2 da Portaria 60-C/2015, que refere” *Quando os beneficiários das operações sejam serviços da administração central, regional e autárquica, institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, fundos públicos, associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, a contribuição pública nacional é por si suportada conforme previsto no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.*”

No âmbito do QREN, as Escolas Profissionais de âmbito municipal e intermunicipal beneficiaram, de um regime de exceção (Despacho n.º 21257/2008, de 13 de agosto), através do qual a Contrapartida Pública Nacional era feita através do orçamento do Estado, mas a referida exceção não se aplica no atual período em execução.

Face ao exposto, no caso da QT-EPC-EM Unipessoal Lda, a CPN deve ser assegurada pelo Município de Cinfães.

Durante o ano de 2018, a Escola Profissional apresentou a candidatura ao Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial, medida 1.2 - Cursos Profissionais.

No que concerne à execução da candidatura (Cursos Profissionais) norteou-se a atuação pelos seguintes objetivos:

- a) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão;
- b) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do respetivo tecido social;
- c) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional;
- d) Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades e tendências de desenvolvimento integrado do país, particularmente nos âmbitos regional e local;
- e) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar para o exercício profissional qualificado ou para o ingresso no ensino superior.

Relativamente ao ano letivo 2017/2018, o financiamento da Formação está associado à candidatura / Projeto POCH-01-5571-FSE 001085, por um ciclo de formação correspondente a três anos letivos. Com início em 2017/2018, foi desenvolvida a formação associada ao Projeto POCH-01- 5571-FSE-001664. No presente ano letivo, iniciou-se novo ciclo de formação associado ao

Cofinanciado por:

2

Projeto POCH-01- 5571-FSE-002106. Salienta-se a necessidade de apresentar um Pedido de Alteração, ainda no decurso do presente ano letivo, a esta última, já que por Despacho do Sr. Secretário de Estado obtivemos autorização de desdobramento de uma turma, ficando a constar duas turmas do 1º ano.

Para o ciclo de Formação 2016/2019, foram contratualizados os seguintes indicadores de execução:

Indicadores de realização:	
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, solicitados para candidatura	77
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, solicitados para aprovação	77
Indicadores de resultado:	
Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais, solicitados em candidatura	85%
Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais, propostos para aprovação	85%
Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, solicitados em candidatura	70%
Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, propostos para aprovação	70%
Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos, solicitados em candidatura	50%
Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos, propostos para aprovação	50%

Para o ciclo de Formação 2017/2020, foram contratualizados os seguintes indicadores de execução:

Indicadores de realização:	
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, solicitados para candidatura	18
Indicadores de resultado:	
Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais, propostos para aprovação	85%
Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, solicitados em candidatura	75%
Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos, solicitados em candidatura	50%

Para o ciclo de Formação 2018/2020, foram contratualizados os seguintes indicadores de execução:

Indicadores de realização:	
Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, solicitados para candidatura	27
Indicadores de resultado:	
Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos profissionais, propostos para aprovação	85%
Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, solicitados em candidatura	75%
Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos cursos, solicitados em candidatura	50%

Apresentamos seguidamente, o número de alunos dos Cursos Profissionais, durante os anos letivos 2017/2018 e 2018/2019.

Curso:	Ano curricular	Nº alunos (31 /12/2017)
<u>Técnico de restauração</u>		
Variante restaurante/bar e cozinha/pastelaria	1º	20
Variante restaurante/bar e cozinha/pastelaria	2º	18
Variante restaurante/bar	3º	19

Curso:	Ano curricular	Nº alunos (31 /12/2018)
Curso de Técnico de restaurante/bar e Técnico de cozinha/pastelaria	1º	27
Curso de Técnico de Restauração (Variante restaurante/bar e cozinha/pastelaria)	2º	19
Curso de Técnico de Restauração (Variante restaurante/bar e cozinha/pastelaria)	3º	14

A diversidade faz parte da estratégia desenvolvida pela nossa entidade, pelo que, ao longo do ano, se conseguiu um grande envolvimento da comunidade educativa nas várias atividades.

Formação – da responsabilidade da Escola Profissional de Cinfães. Desenvolveram-se atividades curriculares em ambientes diversificados e potenciadores de experiências de aprendizagem relevantes e com sentido. Além disso, realizaram-se, sistematicamente, reuniões das várias estruturas educativas, a saber: Direção Técnico-pedagógica, Conselho Consultivo,

Cofinanciado por:

Coordenação de Cursos, Representantes da Área Artística, Formadores, Orientadores Educativos, Conselhos de Turma, Conselho Pedagógico, Professores acompanhantes das Provas de Aptidão Profissional, Equipa multidisciplinar, Formadores responsáveis pela Formação em Contexto de Trabalho, Orientadores Educativos com Encarregados de Educação, Alunos, Pessoal Não Docente e outras que se afiguraram necessárias.

Outras atividades:

- Inventário no economato, cozinha, bar e restaurante da escola;
- Celebração dias das Bruxas;
- Dia da Internet segura: Play your part for a better internet. (Faz a tua parte para uma Internet melhor!) / Atividades lúdicas sobre a Internet Segura;
- Duas colheitas de Sangue;
- Celebração do dia de São Martinho;
- Participação no Parlamento dos Jovens;
- Esclarecimento do projeto Parlamento dos Jovens com o representante do IPJ;
- Palestra do Deputado da Assembleia da República;
- Visitas de estudo a:
 - Escola Superior de Hotelaria / Hotel parceiro;
 - Caves do Vinho do Porto;
 - Museu Nacional da Imprensa;
 - Museu dos Transportes e Comunicações;
 - Peça de teatro + oficina;
 - Teatro Montemuro;
 - Palácio da Bolsa;
- Festa de Natal – confeção / serviço de refeição alusiva;
- Concurso de iguarias de Natal;
- Almoço de Reis- confeção /serviço de refeição alusiva;
- English speaking day;
- Dia dos namorados - confeção / serviço de refeição alusiva;
- Desfile de Carnaval;
- Baile de Carnaval;

- Semana Internacional;
- Five o'clock tea;
- Dia da Inglaterra – confeção/ serviço de especialidade inglesas;
- Dia da França – confeção/ serviço de especialidades francesas;
- Dia da Europa- confeção/ serviço de iguarias internacionais;
- Pequeno almoço continental e English breakfast day – confeção /serviço especializado;
- A Europa e a U E – jogos e peddy paper;
- Comunhão Pascal – jornada com as famílias e lanche convívio no final;
- Palestras com representantes políticos locais e de associações de preservação da natureza;
- Palestras e oficinas de trabalho sobre o empreendedorismo;
- Palestra de prevenção de Comportamentos de Risco;
- Palestra acerca de Políticas de emprego (IEFP);
- Eco aulas, palestras e workshops;
- “Abrir Portas” – escola aberta a alunos, Responsáveis pelo SPO diretores de turma do 9º ano e/ou vocacional;
- “Receber quem nos recebe” – “Tertúlia de fim de tarde” - receção aos responsáveis pelas unidades de restauração, onde ocorre a Formação em Contexto de Trabalho;
- Cerimónia de Finalistas;
- Dia do diploma – lanche Convívio com Encarregados de Educação – confeção e serviço de especialidades da cozinha regional e internacional;
- Dia da Farda – uso da farda específica da escola;
- Participação em Serviços de Restauração;
- Celebração do aniversário dos alunos – confeção de bolos comemorativos e serviço adequado;
- Implementação da música ambiente e serviço de bar no horário da refeição;
- Participação na Aldeia do Pai Natal – Gralheira – confeção/serviço de iguarias alusivas ao Natal;
- Participação na Expomontemuro –divulgação de experiências formativas (confeção/serviço);

PA
E
C

- Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa- representação de Cinfães no espaço da CIM Tâmega e Sousa e do Turismo do Porto e Norte;
- Participação no Programa Aqui Portugal... Projeto- Reis em Cinfães....
- Participação em diversas atividades no âmbito do PES – Projeto Educação para a Saúde;
- Serviço solidário de apoio a refeições de Instituições locais e regionais, como o Clube Desportivo de Cinfães;
- Confeção e serviço volante de “Arroz de aba” para os participantes na atividade “Montemuro Grandfondo”;
- Confeção e serviço volante de “Arroz de aba” para os participantes na actividade “Ultratrail Douro-Paiva”;
- Outras atividades, de acordo com a sua relevância pedagógica.

No que diz respeito ao Orçamento, deu-se continuidade às medidas de racionalização e de cumprimento da elegibilidade dos gastos, conforme critérios definidos pelo POCH/Portugal 2020, à semelhança de anos anteriores, o que tem contribuído para uma gestão equilibrada, sem comprometer aspetos essenciais do projeto formativo e do desenvolvimento organizacional da Escola.

Relativamente ao Plano de Formação dos alunos, consideramos que este foi cumprido, dando desta forma resposta às novas necessidades e apelos de emprego nas áreas da formação profissional a que esta escola está votada.

Refira-se que se verificou a alteração dos Estatutos da Empresa em fevereiro de 2018.

CONDIÇÕES DE MERCADO INVESTIMENTOS

Verificou-se um investimento em imobilizações corpóreas no valor de € 1.456,01 (mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e um cêntimo).

PA @
Cg.

RECURSOS HUMANOS

O grupo de trabalhadores da Escola é constituído por cinco funcionários não docentes e vinte docentes/formadores, na sua maioria, em regime de trabalhadores independentes.

A SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os meios financeiros postos à disposição foram provenientes do Fundo Social Europeu e da Câmara Municipal, através do Contrato-programa estabelecido com a autarquia. Também foram obtidas receitas próprias, nomeadamente do Bar e de alguns serviços prestados, tendo estas últimas um peso diminuto no total do orçamento necessário para gerir a Escola. No ano de 2018 foi mantido o contrato de empréstimo bancário na Instituição Bancária Caixa Geral de Depósitos, "CGD", no montante de €120.000,00, para fazer face ao desfaseamento temporal entre as despesas efetuadas, a necessidade do seu pagamento e reembolso das despesas pagas pelas entidades financiadoras sendo a entidade proprietária responsável pelo montante de juros pagos.

Devido à reserva legal já se encontrar nos limites legais, propõe-se a aplicação da totalidade dos resultados líquidos, em resultados transitados.

Receitas próprias (valores em euros):

Bar	2.483,13
Serviços	3.367,78
Total	5.850,91

A Empresa/Escola, em 31 de dezembro de 2018, apresentou um lucro de € 1.610,70(mil, seiscentos e dez euros e setenta cêntimos) .

Face ao exposto, sentimos satisfação com os resultados obtidos e estamos conscientes do dever cumprido e mais estamos, quando pensamos no sucesso generalizado de jovens que frequentam a escola.

PERSPETIVAS DE FUTURO

Prevê-se a continuação do **Curso de Técnico de Restaurante-bar e Técnico de Cozinha-pastelaria**. Nortearmos a formação pelo claro princípio de todos incluir, facultando a consecução de aprendizagens significativas e competências relevantes, que permitam aos alunos, impor-se no mercado de trabalho, valorizando assim, as pessoas, a escola e a região. Prevê-se também a continuação da prestação de Serviços de Restauração, sempre que para tal sejamos solicitados.

Resta-nos agradecer à comunidade, sobremaneira à Câmara Municipal, por todo o apoio que nos faculta, reconhecendo o trabalho que vimos a desenvolver e garantir que continuamos a abraçar este projeto, com impacto nas oportunidades de trabalho, no bem estar das nossas populações e na divulgação do que se vai fazendo em prol do desenvolvimento.

Não temos conhecimento de situações relevantes ocorridas entre a data do fecho e a presente data. Não se registaram negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397ºCSC.

Cinfães, 9 de março de 2019.

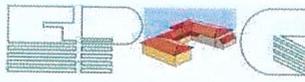
Assinaturas:

O Conselho de Gerência

Regina Zélia Marques

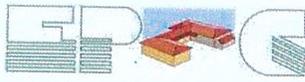
Gracianda Guiliana Couto Cardoso

Paulo Pereira



Quinta de Tuberais Ensino Profissional de Cinfães E. M. Unipessoal Lda.
Nipc 504615858

PA
e
Cof.

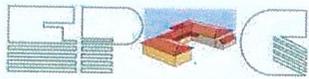


Quinta de Tuberais Ensino Profissional de Cinfães E. M. Unipessoal Lda.
Nipc 504615858

PA. H.
C.
C.

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Ano 2018

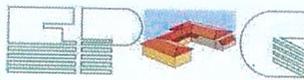
QUINTA DE TUBERAIS - ENSINO PROFISSIONAL DE CINFÃES, E.M. UNIPESSOAL LDA



PP
A
C
C
C

Balanço em 31 de dezembro de 2018

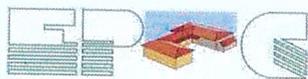
Rubricas	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	11.234,82	11.919,92
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros	14	625,00	625,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos			
		11.859,82	12.544,92
Activo Corrente			
Inventários	7	42,23	589,13
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.200,00	1.803,92
Estados e outros entes públicos	13,1	1.050,56	455,80
Créditos a receber	13,3	914.616,76	341.515,97
Diferimentos	13,2	2.184,55	1.762,39
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	39.532,87	22.551,40
		958.626,97	368.678,61
Total do activo		970.486,79	381.223,53
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		5.000,00	5.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		2.500,00	2.500,00
Outras reservas		92.298,11	92.298,11
Resultados transitados		30.679,20	28.802,51
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		1.091,94	1.091,94
Resultado líquido do período	10	1.610,70	1.876,69
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		133.179,95	131.569,25
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	11	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		28.328,33	22.924,81
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13,1	7.491,19	4.385,98
Financiamentos obtidos	11	95.000,00	60.000,00
Outras dívidas a pagar	13,3	120.175,01	162.343,49
Diferimentos	13,2	586.312,31	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		837.306,84	249.654,28
Total do capital próprio e do passivo		970.486,79	381.223,53



29
log
A
C

Demonstrações dos Resultados por Natureza

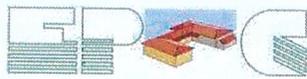
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	5.850,91	15.708,33
Subsídios à exploração	8	382.563,45	457.427,39
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	5.754,57	11.306,31
Fornecimentos e serviços externos	13,4	253.755,83	317.927,09
Gastos com o pessoal	12	120.479,25	131.729,18
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	8	1.352,27	2,05
Outros gastos e perdas		1.036,24	2.615,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		8.740,74	9.559,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	2.141,11	2.880,88
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.599,63	6.678,81
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	11,1	4.507,55	3.995,56
Resultado antes de impostos		2.092,08	2.683,25
Imposto sobre o rendimento do período	10	481,38	806,56
Resultado líquido do período		1.610,70	1.876,69
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			



Handwritten initials and a signature in blue ink, including the letters 'P', 'A', 'B', and a circled 'C'.

Demonstrações dos resultados por funções

Rubricas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	5.850,91	15.708,33
Custos das vendas e dos serviços prestados	5.754,57	11.306,31
Resultado bruto	96,34	4.402,02
Outros rendimentos	383.915,72	457.429,44
Gastos de distribuição		
Gastos administrativos		
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	377.412,43	455.152,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6.599,63	6.678,81
Gastos de financiamento (líquidos)	4.507,55	3.995,56
Resultados antes de impostos	2.092,08	2.683,25
Imposto sobre o rendimento do período	481,38	806,56
Resultado líquido do período	1.610,70	1.876,69
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		
Resultado líquido do período atribuível a: (2)		
Detentores do capital da empresa-mãe		
Interesses minoritários		



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'P7', 'A', 'B', and 'C'.

Demonstração individual de fluxos de caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS	notas	notas	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		6.454,83	15.117,37
Pagamentos a fornecedores		246.188,19	338.194,01
Pagamentos ao pessoal		153.691,93	133.732,39
Caixa gerada pelas operações		(393.425,29)	(456.809,03)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		911,76	1.532,81
Outros recebimentos/pagamentos		383.090,42	337.552,67
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(11.246,63)	(120.789,17)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		2.264,35	(6.876,04)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(2.264,35)	6.876,04
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		35.000,00	60.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		4.507,55	3.995,56
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		30.492,45	56.004,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		16.981,47	(57.908,69)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		22.551,40	80.460,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		39.532,87	22.551,40



Quinta de Tuberaiis Ensino Profissional de Cinifães E. M. Unipessoal Lda.
NIPC 504615858

Demonstração das Alterações no Capital Próprio ano 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										UNIDADE MONETARIA (1)			
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INICIO DO PERIODO N -1	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	28.602,51	0,00	0,00	1.091,94	1.876,69	131.569,25	0,00	131.569,25
ALTERAÇÕES NO PERIODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	7	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	30.679,20	0,00	0,00	1.091,94	-1.876,69	131.569,25	0,00	131.569,25
RESULTADO INTEGRAL	8														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO	9=7+8														
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO N	10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	30.679,20	0,00	0,00	1.091,94	1.610,70	133.179,95	0,00	133.179,95

PF
16

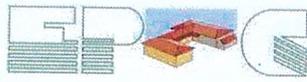


Quinta de Tuberaiis Ensino Profissional de Cinfães E. M. Unipessoal Lda.
NIPC 504615858

Demonstração das Alterações no Capital Próprio ano 2017

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										UNIDADE MONETARIA (1)		
		Capital Realizado	Ações (quitas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
POSICÃO NO INICIO DO PERIODO N -1	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	28.200,38	0,00	1.091,94	602,13	129.692,56	0,00	129.692,56
ALTERAÇÕES NO PERIODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-602,13			
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	7	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	28.802,51	0,00	1.091,94	-602,13	129.692,56	0,00	129.692,56
RESULTADO INTEGRAL	8										1.876,69	0,00	1.876,69	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO	9=7+8										1.876,69	129.692,56	0,00	131.569,25
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Emittidas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO PERIODO N	10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	28.802,51	0,00	1.091,94	1.876,69	131.569,25	0,00	131.569,25

RA
17
17



RA
E
G

Anexo

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 – Designação da entidade

Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M.Unipessoal Lda

1.2 – Sede

Quinta de Tuberais – 4690-068 Cinfães

1.3 – NIPC

504615858

1.4 – Natureza da atividade

A Quinta de Tuberais Ensino Profissional, E.M., Unipessoal Lda detida 100% pelo Município de Cinfães, designado por Câmara Municipal de Cinfães sita no Largo dos Paços do Concelho na freguesia e Concelho de Cinfães, é financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo Ministério da Educação de acordo com as regras e com os critérios constantes da legislação aplicável. O seu orçamento anual é, em consequência, suportado, em grande parte, por receitas públicas (FSE e ME) e numa parte mais pequena por receitas próprias provenientes, de prestação de serviços a terceiros na área da hotelaria e restauração

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

O normativo utilizado é NCRF.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições das NCR

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, encontram-se registadas ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Equipamentos de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 2 e 8 anos

Cofinanciado por:



PA
log
A
C

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

IMPARIIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

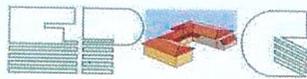
As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos

Cofinanciado por:





RF
C

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Deferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incertezas associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	335,96	
Total de caixa	11	335,96	
Depósitos á ordem	121	10559,45	Contem movimentos Portugal 2020
Depósitos á ordem	122	28637,46	Contem movimentos Serviços prestados
Total de depósitos bancários		39196,91	
Total das disponibilidades		39532,87	

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não há correções por expressão retrospectiva.

PA
G

6 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.
Os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujos custos unitários de aquisição não ultrapassem 1.000€ foram totalmente depreciados no período.

A quantia escriturada bruta, a depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Revalorizações	Abate	Transferência	31-12-2018
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	6791,17	0	0	0	0	6791,17
Equipamento básico	231734,73	1456,01	0	0	0	233190,74
Equipamento de transporte	20500,6	0	0	0	0	20500,6
Activo tangível bruto	266923,32	1456,01	0	0	0	260482,51
Depreciações acumuladas	247106,58	2141,11	0	0	0	249247,69
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0	0	0	0	0	0
Depreciação acumulada	247106,58	2141,11	0	0	0	249247,69
Activo tangível líquido	11919,92					11234,82

7– INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2018			31-12-2017		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42,23	0	0	589,13	0	0
Total	42,23	0	0	589,13	0	0

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	0	589,13
Compras	0	5207,67
Regularizações	0	0
Saldo final	0	42,23
Gastos no exercício	0	5754,57

PA
G. ©

8 – RÉDITO

8.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo proveniente de:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017	Variação
Prestação de serviços	5850,91	15708,33	-9857,42
Outros rendimentos e ganhos	1352,27	2,05	1350,22
Subsidio á exploração	382563,45	457427,39	-74863,94
Total	389766,63	473137,77	

8.2 Subsídios à Exploração

A 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Entidade tinha nas rubricas de “subsídios à exploração” relevados os seguintes montantes:

Designação	2018	2017
Financiamento público		
Contribuição Fundo Social Europeu (85%)	307879,18	372974,63
Contribuição Pública Nacional - Municipio (15%)-contrato programa	54331,61	75866,95
Municipio - contrato programa	20352,66	8585,81
Total	382563,45	457427,39

9 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas e autorizadas para emissão.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser detalhados como segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Resultado antes de impostos	2092,08	2683,25
Imposto sobre o rendimento	481,38	806,56

11 -Instrumentos Financeiros.

Políticas contabilística.

Bases de Mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras politicam contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

PA. A.
C.B.

11.1 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31-12-2018			31-12-2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Geral de Depósitos	95000	0	95000	60000	0	60000
Total	95000	0	95000	60000	0	60000
Juros e gastos similares suportados						
Juros de financiamentos obtidos	4293,51	0	4293,51	3953,62	0	3953,62
Outros gastos e perdas de financiamento	214,04	0	214,04	41,94	0	41,94
Total	4507,55	0	4507,55	3995,56	0	3995,56

12 – Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Renumerações dos órgãos sociais	0	1030,2
Renumerações do pessoal	95595,19	103973,25
Encargos sobre renumerações do pessoal	23307,1	25532
Outros gastos	1576,96	1193,73
Total	120479,25	131729,18

Os honorários do revisor Oficial de Contas no presente exercício, foram no valor de 4.000,00€ (s/IVA) não se verificando pelo mesmo, a faturação de qualquer outro serviço, nomeadamente de consultoria.

13 – Outras Informações

13.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro do ano 2018 e 2017, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2018		2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Estado e outros entes públicos				
Activos				
IR-Pagamentos especiais por conta	258	0	455,8	0
Irc - pagamento por conta	303	0	0	0
Irc - retenção na fonte	0	0	0	0
Imposto sobre o valor acrescentado	489,56	0	0	0
Total	1050,56	0	455,8	0
Passivos				
Imposto sobre o rendimento	481,38	0	806,56	0
Retenção de impostos sobre rendimentos	4782,38	0	922,99	0
Contribuições para a segurança social	2227,43	0	2452,98	0
Imposto sobre o valor acrescentado	0	0	203,45	0
Total	7491,19	0	4385,98	0

13.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro do ano 2018 e 2017, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Cofinanciado por:

24
G. @

Diferimentos	2018	2017
Ativos		
Seguros	1884,55	1762,39
contrato Aves	300	
Total	2184,55	1762,39
Passivos		
Subsidios a receber Portugal 2020 ano 2018	45767,27	
Subsidios a receber Portugal 2020 ano 2020	144171,47	
Subsidios a receber Portugal 2020 ano 2019	308171,7	
Subsidio a receber Municipio (15%) ano 2018	8076,59	
Subsidio a receber Municipio (15%) ano 2019	54383,26	
Subsidio a receber Municipio (15%) ano 2020	25442,02	
contrato Aves	300	
Total	586312,31	0

13.3 Em 31/12/2018 e 31/12/2017 as rubricas "créditos a receber" e "outras dividas a pagar" tem a seguinte decomposição :

Creditos a receber	2018	2017
Fornecedores de investimento	557,94	0
sub-total	557,94	0
Devedores por acrescimo de rendimentos		
Subsidio a receber Municipio	0	0
Subsidio Municipio - ROC	0	0
Subsidio a pagar férias sub.férias	15864,48	17515,33
Devedor. p/ acrescim. rendimt.-Comunicaç	88,6	41,7
Devedor. p/ acrescim. rendimt.-água	18,65	0
Devedor. p/ acrescim. rendimt.-impressão cópias	552,92	0
Devedor. p/ acrescim. rendimt.-assess.juridica	0	0
Devedor.p/acrescimo rendimettransportes	0	820,9
Devedor. p/ acrescim. rendimt.-água	0	57,38
Devedor. p/ acrescim. rendimt.-impressão cópias	0	42,88
Devedor.p/acrescimo rendiet.contrat.AVES	0	300
Subsidio receber projeto 2016/2019	0	9001,73
sub-total	16524,65	27779,92
Outros devedores e credores	0	32,89
Comparticipações até 2018	370490,16	313703,16
Comparticipações 2019	357430,52	0
Comparticipações 2020	169613,49	0
sub-total	897534,17	313703,16
total	914616,76	341515,97
Outras dividas a pagar		
Credores por acrescimos de gastos		
Credor.acrescimos gastos-Férias sub.féri	15864,48	17515,33
Cred.acrescimos gast-encarg.Comunicaç	88,6	41,7
Cred.acrescimos Transportes Municipio	0	820,9
Cred.acrés. gat-enc.- água	18,65	57,38
Cred.acrés. gat-enc.-impressão cópias	552,92	42,88
Cred.acrescimos -contrato AVES	0	300
sub-total	16524,65	18778,19
Outros devedores e credores	9.646,10	409,88
Comparticipações Adiantamentos	94.004,26	143155,42
total	120175,01	162343,49

(Parte dos valores inseridos nas rubricas "créditos a receber" e "outras dividas a pagar", foi aplicado o regime da periodização económica (anterior conceito de especialização dos exercicios) com total abrangência à "Devedores por acrescimos de rendimentos" e Credores por acrescimo de gastos".)

Handwritten initials and a signature in blue ink.

13.4 Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tem a seguinte composição:

Fornecimento e Serviços Externos	2018	2017
Trabalhos especializados	5510,4	4920
Publicidade e propaganda	590,4	1213,53
Honorários	115807,32	157998,24
Conservação e reparação	4585,71	2179,61
Outros	7925,05	11346,35
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4843,17	3653,64
Livros de documentação técnica	25	25
Material de escritório	2342,15	1272,76
Material Didático	0	188
Electricidade	7403,85	8585,81
Combustíveis	2375,31	2555,4
Água	1621,49	1314,93
Rendas e alugueres	494,18	617,5
Comunicação	4669,07	5751,09
Seguros	2468,87	2562,21
Contencioso e notariado	120	96
Limpeza, higiene e conforto	2507,08	4077,62
Outros serviços	1529,77	3620,63
Custos Alunos	88937,01	105948,77
Total	253755,83	317927,09

14. Outros investimentos financeiros

A rubrica de outros investimentos financeiros é composta por aplicação financeira na Entidade Dolmen- Desenvolvimento Local e Regional CRL:

Quadro 14.1: Outros Métodos

Quantia escriturada e movimentos do período	Investimentos em subsidiárias	Investimentos em associadas	Investimentos noutras empresas	Outros Investimentos financeiros	Investimentos financeiros em curso	Adiantamentos por conta de inv. Financeiros	Total
Quantia bruta escriturada inicial							0
Parte respeitante ao goodwill							0
Perdas por imparidade acumuladas iniciais							0
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos							0
Quantia líquida escriturada inicial	0	625	0	0	0	0	625
Movimentos do Período:	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais							0
Outras aquisições							0
Parte respeitante ao goodwill							0
Alterações da mensuração via justo valor através de capitais próprios							0
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos							0
Alienações							0
Abates							0
Perdas por imparidade							0
Reversões de perdas por imparidade							0
Transferências de inv. financeiros em curso							0
Transferências de/para activos não correntes detidos para venda							0
Outras transferências							0
Outros movimentos do período							0
Quantia líquida escriturada final	0	625	0	0	0	0	625

15. PARTES RELACIONADAS

15.1 Relacionamento com a empresa-mãe

A empresa é detida em 100% pelo Município de Cinfães.

15.2 Transações entre partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Empresas	ano	Prestação de serviços	Fornecimentos e serviços externos		Subsídios
Município de Cinfães	2018	2330,4	Transportes alunos	10266,04	67280,42

Empresas	ano	Prestação de serviços	Fornecimentos e serviços externos		Subsídios
Município de Cinfães	2017	6092,97	Transportes alunos	15119,77	84452,76

15.3 Saldos entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 a Entidade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas: seguintes transações com partes relacionadas:

2018	Contas a receber			Contas a pagar	
	Comparticipação contrato programa	Comparticipação Município (15% contrapartida)	Cliente	Adiantamento Município	Fornecedor
Município de Cinfães	17420,83	91649,53	1200	15371,33	3822,34

2017	Contas a receber			Contas a pagar	
	Comparticipação contrato programa	Comparticipação Município (15% contrapartida)	Cliente	Adiantamento Município	Fornecedor
Município de Cinfães	14175,6	87182,9	703,92	0	3062,73

Cinfães, 9 de março de 2018

A Contabilista certificada

Anabela Silveira
C.E. 16196

O Conselho de gerência

Régua Filipe Marques
Grândola, 10 de março de 2018

Cofinanciado por:



PA
C
A

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

À atenção de
C & R Ribas Pacheco, SROC

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da revisão legal de contas / auditoria que efetuaram às demonstrações financeiras da Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M. Unipessoal, Lda, adiante designada por Entidade, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2018, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1.1. Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

1.2. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.3. Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, se aplicáveis, são razoáveis.

1.4. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social e a outros instrumentos do capital próprio, estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva quando legalmente obrigatórios.

1.5. Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção de consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo anexo;
- Opções ou acordos de recompra de ações/quotas, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;

1.6. Confirmamos que a Entidade não detém quaisquer outras contas bancárias além das evidenciadas nos registos contabilísticos.

1.7. O saldo de caixa é composto por notas e moedas que se encontram na posse e à guarda da Entidade.

Cofinanciado por



PA @
A. Coj.

- 1.8. Os inventários reconhecidos nas demonstrações financeiras correspondem aos inventários físicos existentes à data de fecho das contas e encontram-se valorizadas ao menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do exercício anterior.
- 1.9. A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no anexo às demonstrações financeiras.
- 1.10. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis e intangíveis resultantes de alterações de processos tecnológicos, de condições de mercado, etc.
- 1.11. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente reconhecidos e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.12. Não se verificaram acontecimentos subsequentes à data do balanço que requeiram ajustamentos e/ou divulgação nas demonstrações financeiras.
- 1.13. Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras até à data desta declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.
- 1.14. Não existem distorções que não tivessem sido identificadas e, conseqüentemente, ajustadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos.
- 1.15. Não se registaram quaisquer negócios entre a Entidade e os seus membros do órgão de gestão e/ou seus familiares.
- 1.16. Tomámos conhecimento do draft da Certificação Legal das Contas.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1. Disponibilizámos-vos:

- O acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da revisão legal de contas / auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade, junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da vossa auditoria.

2.2. Todas as transações foram registadas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3. As demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais em consequência de fraude.

2.4. Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os membros dos órgãos de gestão e/ou empregados.

2.5. Não existem casos de incumprimento, ou de suspeita de incumprimento, de leis e de regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.6. Não existem quaisquer litígios e/ou reclamações, de qualquer natureza, conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, motivo pelo qual não foi necessário reconhecer qualquer provisão.

2.7. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais bem como todos os critérios utilizados no cálculo do imposto devido e na preparação da declaração anual de rendimentos. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M. Unipessoal, Lda, adiante designada por Entidade, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 970.487 euros e um total de fundos próprios positivos de 133.180 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.611 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.
- A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 25 de março de 2019

A Administração,

Representada por C. A. Ribas Pacheco
R.O.C. n.º 401

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ex.mo Sócio da
Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M. Unipessoal, Lda

De harmonia com as disposições legais em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M. Unipessoal, Lda, adiante designada por Entidade, que compreende a atividade por nós desenvolvida e as demonstrações financeiras, incluindo o relatório de gestão, que são da responsabilidade do Órgão de Gestão.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhámos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade da Entidade ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado verificámos que as demonstrações financeiras e o relatório de gestão exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação económica e financeira da Entidade bem como os resultados obtidos no exercício em questão. Também procedemos à emissão da respetiva certificação legal das contas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Órgão de Gestão e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos de parecer que:

- Seja aprovado o relatório de gestão;
- Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do período, constante no relatório de gestão.

Porto, 25 de março de 2019